

# OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS QUE OS CASAIS HOMOAFETIVOS ENFRENTAM NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS NA CIDADE DE SALVADOR<sup>1</sup>

Edir Vitória de Aragão<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo analisa os desafios vividos por casais homoafetivos na criação e educação de seus filhos em Salvador, evidenciando como o preconceito, o conservadorismo religioso e a falta de preparo das instituições educacionais ainda dificultam o reconhecimento e a inclusão dessas famílias. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas com cinco casais homoafetivos, revelando experiências marcadas por discriminação e resistência no cotidiano escolar. Os relatos mostram situações de preconceito em escolas que ainda se orientam por um modelo de família tradicional, o que gera constrangimentos em datas comemorativas como o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Apesar disso, observa-se o surgimento de práticas inclusivas, como a celebração do “Dia da Família” e o uso de livros didáticos que representam diferentes tipos de famílias, contribuindo para a valorização da diversidade. Os participantes destacam a necessidade de políticas públicas de inclusão, formação de professores e maior diálogo entre escola e famílias, de modo a promover ambientes mais acolhedores. As falas também apontam que, embora existam avanços legais como o reconhecimento da união estável e da adoção por casais do mesmo sexo, a efetivação desses direitos ainda encontra barreiras na prática social. O estudo conclui que o maior desafio está em transformar o reconhecimento jurídico em realidade cotidiana, garantindo o respeito, a visibilidade e a igualdade para todas as configurações familiares. As perspectivas de futuro apontam para a importância de uma educação plural, baseada no amor, na liberdade e na empatia, capaz de preparar crianças para viverem em uma sociedade mais justa e democrática.

**Palavras-chaves:** pais homossexuais; homossexualidade e educação – Salvador (BA); homofobia nas escolas; educação inclusiva.

## ABSTRACT

The article analyzes the challenges faced by same-sex couples in raising and educating their children in Salvador, highlighting how prejudice, religious conservatism, and the lack of preparedness in educational institutions still hinder the recognition and inclusion of these families. The research, with a qualitative approach, was conducted through interviews with five same-sex couples, revealing experiences marked by discrimination and resistance in the school environment. The accounts show instances of prejudice in schools that still adhere to a traditional family model, resulting in awkward situations during commemorative dates such as Mother's Day and Father's Day. Despite this, there are emerging inclusive practices, such as the celebration of "Family Day" and the use of textbooks that represent different types of families, contributing to the appreciation of diversity. Participants emphasize the need for inclusive public policies, teacher training, and greater dialogue between schools and families to promote more welcoming environments. The statements also indicate that, although there have been legal advances such as the recognition of stable unions and adoption by same-sex couples, the realization of these rights still encounters barriers in social practice. The study concludes that the greatest challenge lies in transforming legal recognition into everyday reality, ensuring respect, visibility, and equality for all family configurations. Future perspectives point to the importance of a plural education, based on love, freedom, and empathy, capable of preparing children to live in a fairer and more democratic society.

**Keywords:** homosexual parents; homosexuality and education – Salvador (BA); homophobia in schools; inclusive education.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caterina Alessandra Rea e coorientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andressa de Freitas Ribeiro.

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades e graduando na Licenciatura em Pedagogia pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar os desafios e perspectivas que os casais homoafetivos enfrentam na educação de seus filhos na cidade de Salvador, analisando as dimensões sociais, culturais e institucionais que permeiam essa realidade. A pesquisa busca contribuir para a reflexão crítica sobre a parentalidade homoafetiva, oferecendo subsídios para o enfrentamento do preconceito e para a construção de práticas educativas mais inclusivas.

Nas últimas décadas, a configuração familiar tem passado por significativas transformações, impulsionadas por mudanças sociais, culturais e legais. Entre essas novas formas de organização familiar, destacam-se os casais homoafetivos que, cada vez mais, assumem o papel de responsáveis legais e afetivos na criação de filhos. De acordo com Giddens (1993), as transformações sociais das últimas décadas modificaram profundamente as formas de organização familiar, dando origem a novas configurações, como famílias monoparentais, recompostas e homoafetivas, que rompem com o modelo tradicional e ampliam o conceito de família. No entanto, apesar dos avanços em relação aos direitos da população LGBTQIAPN+, esses casais ainda enfrentam inúmeros desafios, sobretudo no que se refere à educação de seus filhos em contextos sociais marcados por preconceitos e estigmas. A filósofa queer norte-americana Judith Butler apresenta assim o caráter subversivo e transformador dos novos arajos de parentesco: “variações no parentesco que se afastem de formas didáticas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento [...] colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana” (Butler, 2003, p. 244).

As pesquisas sobre homoparentalidade no Brasil ainda são incipientes, mas vêm se consolidando a partir de estudos em diferentes regiões e campos disciplinares. As duas primeiras décadas do século XXI assentaram o campo da pesquisa sobre homoparentalidade no Brasil. Mencionamos, a esse respeito, a coletânea organizada por Miriam Grossi, Ana Paula Uziel e Luiz Mello (2007). Apresentando as pesquisas sobre parentalidades e conjugalidades, a introdução da coletânea afirma que

Os trabalhos sobre parentalidade e conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo contemplam aspectos bastante variados. As pesquisas envolvendo homens gays, por um lado privilegiam a conjugalidade. Já os estudos sobre mulheres lésbicas têm seguidamente a conjugalidade atrelada à maternidade (Grossi; Uziel; Mello, 2007, p. 10).

Já, na mesma coletânea, o texto de Rosângela de Barros Castro (2007) nos informa sobre

a origem do termo homoparentalidade, a partir do francês *homoparentalité*, utilizado pela Associação dos Pais e futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL) no ano de 1996. A autora nos informa ainda sobre os diferentes arranjos homoparentais e afirma que

Podemos elencar pelo menos cinco modos de se compor uma família entre homossexuais: 1. Aquelas compostas a partir da dissidência de um casamento heterossexual, onde pelo menos um dos cônjuges já tinha filhos; 2. Inseminação artificial (artesanal ou medicalizada); 3. Adoção judicial ou espontânea; 4. Coparentalidade, isto é, homens gays ou amigos heterossexuais fecundam, lésbicas ou não; ou estas gestam filhos para casais gays; 5. Gestação por outrem para adoção futura (Castro, 2007, p. 91, nota 3).

Trabalhos como o de Silva (2014), desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, investigam as vivências de casais homoafetivos em Salvador e evidenciam tensões entre acolhimento e preconceito no cotidiano familiar. No campo do Serviço Social, Pinto e Santos (2023) analisam a diversidade familiar e destacam como o conservadorismo religioso e moral ainda impacta a aceitação das novas configurações parentais. Já Cavalcante (2015), em estudo apresentado no CONEDU, chama atenção para a ausência de preparo das instituições escolares no trato com famílias homoparentais, revelando lacunas na formação docente. Esses trabalhos evidenciam a necessidade de uma abordagem interseccional, que considere não apenas a orientação sexual dos pais e mães, mas também fatores como raça, classe e religiosidade na análise das experiências de inclusão ou exclusão das crianças no espaço escolar.

Pesquisas realizadas pela Universidade Católica da Bahia UCSal apontam para o fato de que “famílias homoparentais adotam estratégias de resiliência diante de práticas escolares heteronormativas; docentes e gestores frequentemente carecem de formação para lidar com diversidade familiar, o que reclama políticas de capacitação e materiais pedagógicos inclusivos” (Souza, 2021; Menezes, 2020). A cidade de Salvador, capital da Bahia, reconhecida por sua diversidade cultural e religiosa, o debate sobre a parentalidade homoafetiva ganha contornos próprios que se entrelaçam com três aspectos dessa diversidade: a centralidade das religiões de matriz africana e de suas redes de cuidado, a expressão recente do campo evangélico com forte moral sexual conservadora e a presença pública e turística de uma diversidade celebrada no carnaval e na indústria cultural, que nem sempre vira aceitação no cotidiano. A convivência entre a tradição e as novas configurações familiares desafia instituições educacionais, famílias e a própria sociedade a repensarem valores e práticas estabelecidos. “A homofobia funciona como um dispositivo pedagógico que regula comportamentos, impondo padrões de normalidade e silenciando expressões que escapam à lógica heteronormativa.” (Junqueira, 2009, p. 31).

Esse artigo teve como metodologia uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender, a partir das vivências dos próprios sujeitos, os desafios e perspectivas enfrentados por casais homoafetivos na educação de seus filhos na cidade de Salvador. A metodologia qualitativa foi escolhida por permitir uma análise mais aprofundada das experiências subjetivas, dos sentimentos e das percepções dos participantes, elementos essenciais para a compreensão do fenômeno investigado. Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, considerada um dos instrumentos mais potentes para acessar percepções, narrativas e construções de sentido dos participantes, possibilitando flexibilidade e aprofundamento das respostas (Triviños, 2015).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é caracterizada por um roteiro básico de questões, que serve como guia para a conversa, permitindo ao entrevistador liberdade para incluir novas perguntas de acordo com o desenvolvimento da interação, o que torna a coleta de dados mais rica e contextualizada. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com cinco casais que se enquadram em diferentes composições familiares dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero. A amostra foi composta por dois casais formados por homens cis<sup>3</sup>, sendo um casal de 54 e 48 anos de idade, ambos pardos e de classe social média, residente na região do centro de Salvador. O outro casal de 67 e 47 anos de idade, ambos negros, de classe social média e da região da orla de Salvador. Dois casais formados por mulheres cis de idade de 43 e 48 anos, ambas de cor preta, classe social média, moradoras da cidade baixa de Salvador, e o outro casal de 42 e 46 anos de idade, ambas brancas, da região de orla de Salvador e um casal formado por uma mulher trans e seu marido homem cis, ela com 47 anos de idade e ele com 60, ela negra e ele branco, moradores da região da cidade alta em Salvador. Todos os casais entrevistados residem nessa cidade e possuem filhos em idade escolar e alguns já tiveram em fase escolar, o que foi um dos critérios de seleção para participação na pesquisa. Algumas dessas crianças encontram-se na Educação Infantil, outras no Ensino Fundamental, e há ainda aquelas que já concluíram etapas da escolarização. Essa diversidade de trajetórias escolares foi um dos critérios de seleção dos participantes, pois permite analisar experiências em diferentes momentos do percurso educacional.

As entrevistas foram conduzidas de forma individual com apenas um dos conjuges do casal em ambientes previamente acordados, garantindo sigilo, respeito e acolhimento durante todo o processo. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de

---

<sup>3</sup> Mulher cis é a pessoa que se identifica com o gênero feminino e cujo sexo atribuído ao nascer foi feminino. Mulher trans é a pessoa que se identifica com o gênero feminino, mas cujo sexo atribuído ao nascer foi masculino.

conteúdo, buscando identificar temas recorrentes, desafios comuns e estratégias adotadas pelos casais na educação de seus filhos frente às adversidades sociais e institucionais.

O objetivo principal desse artigo é investigar os desafios e perspectivas que os casais homoafetivos enfrentam na educação de seus filhos na cidade de Salvador. Buscando compreender como esses casais lidam com questões relacionadas ao preconceito, à aceitação social, ao papel das instituições educacionais e às relações familiares, a partir de suas próprias experiências e percepções. Além disso, pretende-se identificar as estratégias utilizadas por esses casais para enfrentar as dificuldades impostas pela sociedade, bem como refletir sobre os avanços e as limitações no reconhecimento da diversidade familiar no contexto educacional soteropolitano.

A escolha deste tema se justifica pela crescente visibilidade das famílias formadas por casais homoafetivos e pela necessidade de aprofundar o debate sobre os direitos e os desafios enfrentados por essas famílias no contexto educacional. Apesar dos avanços legais e sociais no reconhecimento da união homoafetiva e da adoção ou guarda de crianças por casais LGBTQIAPN+, ainda persistem barreiras importantes no cotidiano dessas famílias, especialmente no ambiente escolar, onde o preconceito e a falta de preparo das instituições podem comprometer o desenvolvimento das crianças. Além disso, a produção regional sobre a realidade da homoparentalidade, no Nordeste, e especificamente na Bahia e em Salvador, é ainda relativamente incipiente, o que abre espaço para contribuições empíricas localizadas que considerem as interseccionalidades de raça, classe, religiosidade e sexualidade que analisem o impacto das práticas escolares e das políticas municipais sobre o bem-estar infantil (Anais, 2011; Revisões, 2020-2023).

Embora existam avanços jurídicos nacionais que asseguram o reconhecimento formal das uniões homoafetivas e possibilitam a adoção por casais do mesmo sexo, a produção empírica sobre as condições concretas de homoparentalidade no Nordeste — e na Bahia em particular — permanece fragmentada. Estudos qualitativos em Natal, em pesquisas multicêntricas e em comunicações acadêmicas recentes mostram que as experiências familiares variam entre acolhimento e discriminação nas escolas, e que a falta de políticas e de formação docente é um fator recorrente que acarreta prejuízos ao bem-estar das crianças (Oliveira, 2016; Tannuri, 2017; Lino *et al.*, 2021; estudos regionais em Salvador, 2011). Essa lacuna justifica pesquisas locais mais abrangentes que considerem as interseccionalidades de raça, classe, sexualidade e religiosidade e que avaliem o impacto de políticas municipais e práticas escolares na inclusão e proteção das crianças filhas de casais homoparentais.

O estudo obteve resultados significativos através da pesquisa bibliográfica e a partir da análise das entrevistas realizadas com cinco casais homoafetivos. As entrevistas foram gravadas (com autorização dos participantes), transcritas na íntegra e, posteriormente, organizadas em categorias temáticas, como: Reconhecimento dos casais homoafetivos no Brasil, desafios na educação, discriminação e preconceitos, aceitação dos casais homoafetivos, medidas para promover um ambiente inclusivo, o que esperam da sociedade, experiência de ser pais e mães homoafetivos (as) em Salvador e o que esperam do futuro da educação e sociabilidade para seus filhos (as) em Salvador.

Essa pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de consulta sistemática a bases de dados científicas nacionais e internacionais, com destaque para SciELO, CAPES Periódicos, Google Scholar, PePSIC, além dos repositórios institucionais da UFBA, UCSal e Baiana. A busca utilizou descritores como *“homoparentalidade”*, *“famílias homoafetivas”*, *“diversidade familiar e escola”*, *“gênero e educação”*, *“heteronormatividade”* e *“discriminação escolar”*. Foram selecionados textos publicados preferencialmente entre 2005 e 2024, considerando a relevância contemporânea do debate, embora obras clássicas e referências teóricas fundamentais também tenham sido incluídas.

Cada relato foi cuidadosamente analisado com o objetivo de identificar padrões, singularidades e narrativas que revelassem os principais desafios e perspectivas desses casais na criação e educação de seus filhos. A análise levou em conta os diversos contextos socioculturais de Salvador como: as heranças afro-brasileira, diversidade territorial e desigualdade de classe, peso da religião no espaço público, cultura popular e tradições e interseção raça, classe e sexualidade. E buscando respeitar a individualidade de cada experiência, valorizando a diversidade das formações familiares presentes na pesquisa.

Todos os nomes citados nesta pesquisa são reais e a divulgação foi autorizada pelas próprias participantes, que consentiram em sua identificação.

## **2 RECONHECIMENTO DOS CASAIS HOMOAFETIVOS NO BRASIL**

Apesar dos avanços significativos no âmbito jurídico brasileiro, como o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4277 e ADPF 132, em 2011) e a edição da Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que garante a realização de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo nos cartórios, ainda persistem desafios quanto à efetivação plena desses direitos. No campo da adoção, por exemplo,

decisões do Superior Tribunal de Justiça têm reiteradamente autorizado casais homoafetivos a adotarem crianças, afirmando que “a orientação sexual não constitui impedimento para o exercício da paternidade ou maternidade” (STJ, Resp. 889.852/RS). Contudo, a ausência de legislação específica que regulamente de forma expressa os direitos das famílias homoafetivas faz com que a segurança jurídica dependa, em grande medida, da interpretação dos tribunais. Como destaca Maria Berenice Dias (2012, p. 45), “a omissão do legislador mantém em situação de vulnerabilidade aqueles cuja única diferença é amar alguém do mesmo sexo”. Nesse sentido, embora o Judiciário tenha atuado de maneira progressista para suprir lacunas normativas, a efetivação concreta da igualdade depende da positivação legislativa, de modo a assegurar uniformidade de tratamento em todas as instâncias e localidades, garantindo a plena dignidade das famílias homoafetivas.

A atuação do judiciário tem se preocupado com a realidade de diferentes contextos e situações familiares, como situações de abandono, falecimento de um dos responsáveis, processos de adoção por casais do mesmo sexo ou outras circunstâncias que levam à reconfiguração das estruturas familiares.

No Brasil, a união estável homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, por meio da ADI 4277 e da ADPF 132, que garantiram às uniões entre pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos das uniões estáveis heterossexuais. Esse marco representou um avanço na garantia dos direitos fundamentais e no reconhecimento da diversidade familiar (Barroso, 2011, p. 271).

### **3 DESAFIOS NA EDUCAÇÃO**

Numa reflexão crítica sobre essas dificuldades, exploramos como elas se manifestam no contexto soteropolitano e analisamos, ao mesmo tempo, as perspectivas e estratégias de resistência adotadas por essas famílias para assegurar o pleno direito à educação de seus filhos. Um dos casais entrevistado na minha pesquisa, o informante Antônio – pardo, de classe média, autônomo, morador do centro de Salvador) – relatou:

Uma das escolas que meu filho estudou precisei pegar uma documentação para o imposto de renda e a pessoa não queria me dar, pois só poderia dar à mãe e eu disse, assim: bom a senhora nunca viu a mãe dele aqui ou já viu? Quem paga a escola dele sou eu, quem traz para a escola e pega sou eu, então realmente a mãe não entra em nada nessa história, porque infelizmente é uma boa pessoa hoje, eu sei pois a conheço, mas é uma pessoa ausente abandonou ao nascer (12 de abril de 2025, Salvador).

Como se vê, essa situação vivida por ele evidencia a dificuldade que muitas escolas

ainda têm em reconhecer legal e socialmente os vínculos estabelecidos por casais homoafetivos com seus filhos. O cotidiano dessas famílias ainda é marcado por entraves burocráticos, atitudes discriminatórias e falta de sensibilidade institucional. A escola, enquanto espaço de formação cidadã, deveria ser também um ambiente de acolhimento e respeito à diversidade familiar, o que, infelizmente, nem sempre se concretiza.

Uma outra situação que enfrentada na educação de seu filho, foi relatada por outra entrevista, Manuela (moradora da orla de Salvador, branca de classe media alta).

Tem a questão das escolas, que dia dos pais e dia das mães, que é meio chatinho. A criança passa uma semana preparando o presentinho para alguém que não existe. A criança fica uma semana fazendo cartinha e desenho e não sei o quê e não tem a quem entregar e não só os homoafetivos, como também aqueles que perderam o pai e a mãe por qualquer outro motivo (18 de maio de 2025, Salvador).

Infelizmente, esse é um dos fatos mais decorrente e delicados que as famílias homoafetivas enfrentam no ambiente escolar: é o tratamento dado às datas como o dia das mães e o dia dos pais. Essas comemorações, muitas vezes organizadas, sem sensibilidade à diversidade familiar, que, pelo relato da interlocutora, gera desconforto e até sensação de não pertencimento para crianças que não possuem uma figura materna ou paterna presente.

Essas situações só evidenciam o quanto a escola ainda está presa a um modelo de família tradicional e heteronormativo, o que não reflete a realidade de muitas crianças, tais como filhos de casais homoafetivos, órfãos, crianças criadas por avós, tios, irmãos ou por um único responsável.

#### **4 DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITOS**

A escola deveria ser um local de acolhimento, respeito e construção de cidadania. No entanto, para muitos casais homoafetivos que criam seus filhos na cidade de Salvador, o ambiente escolar ainda é permeado por situações de discriminação e preconceito. E esse tipo de situação ocorre de forma tanto explícita quanto sutil. Por mais que o Brasil tenha avançado em termos legais no reconhecimento da união homoafetiva e do direito à adoção por casais do mesmo sexo, o cotidiano dessas famílias ainda é marcado por diversos desafios na área da educação. Antonio traz um outro relato de preconceito:

As pessoas, em si inclusive minha família tinham medo de nos criarmos a criança e a

criança se tornar homossexual, como pensam muitas pessoas (heteros mal informados). Houve sim esse receio da minha parte e do meu companheiro. Mas lidamos da melhor maneira possível (12 de abril de 2025, Salvador).

Os entrevistados pertencentes às classes populares relataram situações de constrangimento mais explícitas, como questionamentos moralizantes sobre sua identidade familiar, geralmente associados a discursos religiosos presentes na escola e na comunidade.

Está aí um dos piores preconceitos, e mais comuns, enfrentados por casais homoafetivos ao assumir a parentalidade: a ideia de que a criança, ao ser criada por duas pessoas do mesmo sexo, também se tornará homossexual. Esse tipo de receio, presente inclusive nas pessoas heterossexuais, e na sociedade de um modo geral, revela não apenas falta de informação, mas a homofobia que estrutura o campo social.

O Conselho Federal de Psicologia (1999) reconhece que a orientação sexual dos pais não compromete o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes, reforçando que a homoparentalidade não constitui fator de risco para o crescimento saudável dos/as filhos/as (CFP, 1999; Grossi, 2013; Perrin; Siegel, 2013). Estudos apontam ainda que a orientação sexual de uma criança não tem relação com a orientação sexual daqueles que a criaram, mas sim com fatores emocionais, sociais e individuais (Rios, 2006).

Nessa mesma perspectiva, Grossi (2013, p. 97) argumenta que “a homoparentalidade desafia a lógica tradicional da família nuclear, mas não ameaça o desenvolvimento infantil, uma vez que o cuidado e o afeto continuam sendo os pilares centrais da parentalidade”. Rios ainda contesta a ideia segundo a qual a orientação sexual de pais e educadores determinaria a dos filhos: “A orientação sexual não é produto da orientação daqueles que educam ou criam uma criança trata-se de uma dimensão complexa da subjetividade humana, constituída a partir de fatores psíquicos, social e histórico que ultrapassam a estrutura familiar” (Rios, 2006, p. 102). Assim, a literatura científica reafirma que a diversidade de configurações familiares deve ser compreendida como expressão legítima das transformações sociais contemporâneas e não como uma ameaça à estrutura familiar tradicional.

De outro lado, em entrevista, Jogiê, uma mulher trans, negra, moradora da cidade alta de Salvador, de classe média, relatou sobre a sua vivência e o preconceito constante e diário:

Eu vivo preconceitos 24 horas por dia. Então, é o mesmo conselho que dou ao meu filho, se a situação me permitir ignorar e mandar à merda, eu faço de conta que nada aconteceu, mas, de outra forma, se a situação me permitir eu usar o púlpito seja ele qual for, eu subo numa mesa e faço o discurso, mas eu exijo meu respeito como uma vez que fui buscar um documento na escola de meu filho não quiseream me dar, alegando que eu não era a mãe do meu filho (26 de junho de 2025, Salvador).

Vivemos em uma sociedade marcada por estruturas heteronormativas, que impõem padrões sociais e produzem exclusão de identidades dissidentes (Butler, 2003). Isso exige de casais homoafetivos com filhos um equilíbrio constante entre um tipo de autoproteção e, por vezes, a necessidade de um enfrentamento direto com o preconceito. Esse exemplo dado por Jojiê, que vive preconceitos vinte quatro horas por dia, faz com que ela considere que o melhor caminho é fazer de conta que nada aconteceu, por uma questão de estratégia ou autocuidado, a não ser quando a situação exige uma resposta firme, clara e pública.

São situações e posturas que mostram a resistência das famílias homoafetivas. Essa resistência à exclusão, à estigmatização, é vivida na prática, nas relações sociais, nos olhares, nos silêncios e nas palavras. Exigir respeito, muitas vezes, é um ato de sobrevivência. Ensinar isso aos filhos é também uma forma de os preparar para o mundo sem, contudo, permitir que o preconceito dite os limites de suas existências.

No relato da mãe informante Manuela (moradora da orla de Salvador, branca de classe media alta), ela enfatiza o tipo de preconceito que o filho sofreu na escola e, em consequência do qual decidiu retirar o menino da escola:

Nos primeiros aninhos da escola do meu filho, entre um a três anos, a escola era despreparada, só frizava os dias dos pais e mães, e deixavam bem claro isso, como se não existissem outros responsáveis e com isso me deixava constrangida. Tirei meu filho dessa escola (18 de maio de 2025, Salvador).

Nesse relato, a participante demonstra como práticas escolares ainda estão fortemente atreladas a uma concepção restrita de família nuclear, centrada em pai e mãe. Essa visão, ao não considerar outras formas legítimas de organização familiar, produz exclusões e constrangimentos. A ausência de reconhecimento da diversidade familiar na educação contraria princípios legais.

## **5 ACEITAÇÃO DOS CASAIS HOMOAFETIVOS**

Os casais homoafetivos ainda passam por diversas barreiras, quando se trata de aceitação na sociedade soteropolitana, pois tudo isso ainda constitui um processo em construção. Apesar de Salvador ser uma cidade marcada pela diversidade cultural e religiosa, fatores como o conservadorismo presente em algumas instituições religiosas e educacionais ainda dificultam a plena aceitação desses casais, sobretudo no que diz respeito à parentalidade

e ao convívio escolar de seus filhos. Cada vez é maior a presença de casais homoafetivos nos espaços públicos, inslucive nas escolas, isso contribui para a quebra de esteriótipos e a promoção de uma educação inclusiva. A aceitação começa a ser construída quando há reconhecimento e valorização dessas famílias como legítimas e amorosas.

Como exemplo trago aqui o relato de uma das entrevistas, a mãe Manuela, que preferi se preservar de certas coisas e lugares para evitar algum constrangimento.

Tem esse preconceito geral mesmo que a gente vê, mas como te falei, eu busco estar em lugares, até nas redes sociais, eu busco estar em grupos de pessoas homoafetivas ou no grupo de WhatsApp só de pessoas homoafetivas, então, assim eu me esquivo dessas situações, entendeu? Eu não vivencio, por me esquivar delas (18 de maio de 2025, Salvador).

Como pode-se perceber nessa fala da Manuela, assim como ela, muitos casais homoafetivos, por medo e insegurança, preferem se resguardar em uma bolha. Casais homoafetivos lidam com o preconceito cotidianamente. Ao reconhecer que ele está presente em diversos espaços sociais, a interlocutora optou por estratégias de autoproteção como evitar ambientes hostis e buscar refúgio em comunidades e redes de apoio homoafetivas. Essa prática de se colocar como “esquiva” pode ser compreendida como um mecanismo de resistência e preservação da saúde mental diante de situações frequentes de discriminação e julgamento.

Quando ela fala sobre as redes sociais, fica evidente a importância dos espaços seguros, onde casais homoafetivos podem compartilhar vivências, encontrar acolhimento e se fortalecer emocionalmente. Embora essa postura evite o contato direto com o preconceito, ela também denuncia a persistência da exclusão social, uma vez que o simples exercício da convivência em sociedade ainda demanda estratégias de fuga para garantir o bem estar. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz de Foucault (1979), quando este discute as relações de poder e os dispositivos de controle social: a criação de “espaços seguros” se configura como uma prática de resistência, um contra-dispositivo que busca proteger corpos e subjetividades dissidentes dos mecanismos normativos que tentam silenciá-los.

Temos também o relato da informante mulher trans Jogiê que ela diz:

Soteropolitanos, no geral, são muito preconceituosos. Têm muitos problemas na cidade de Salvador principalmente, e isso me entristece muito, porque sou uma cidadã girada pelo mundo, mas o lugar que eu mais tive problemas preconceituosos foi na cidade que nasci. Como algumas vezes em alguns lugares quando me viam acompanhando meu filho já me olharam com ar de desprezo ou indiferença (26 de junho de 2025, Salvador).

Nessa fala da interlocutora, ela expressa uma dor relacionada à falta de acolhimento na

própria cidade onde ela nasceu. A experiência do preconceito é vivenciada não em lugares desconhecidos, mas, justamente, no espaço de origem, onde se espera acolhimento e pertencimento. Ao afirmar que “o lugar que mais tive problemas preconceituosos foi a cidade que nasci”, ela revela uma contradição dolorosa: o conflito entre a identidade soteropolitana da qual se orgulha e o sentimento de rejeição no seu próprio território. Sendo que Salvador é uma cidade profundamente marcada e reconhecida como a capital afrodescendência, havendo fortes preservação de matriz africana.

E, assim, esse sentimento de frustração e tristeza é ainda mais intenso, porque rompe com o ideal de que a cidade natal seria uma extensão da família, um “lugar seguro”. A fala também aponta para uma crítica social mais ampla: a persistência de estruturas conservadoras e preconceituosas em Salvador, mesmo sendo uma cidade marcada pela diversidade cultural, religiosa. De acordo com Almeida (2019), a contradição entre a imagem de Salvador como cidade plural e a vivência real de seus habitantes LGBTQIA+ revela tensões históricas ligadas à religiosidade, ao racismo e ao patriarcado. Como afirma a autora, “a diversidade cultural não elimina as práticas excludentes; pelo contrário, elas se reinventam em discursos de tolerância que pouco se materializam em práticas sociais” (Almeida, 2019, p. 45).

A contradição entre essa diversidade e a exclusão de casais homoafetivos é evidente. Há necessidade urgente de políticas públicas de educação, inclusão para aceitação de casais homoafetivos em Salvador.

O interlocutor Antônio trás um relato de um tipo de estratégia que ele sempre usava antes de matricular seu filho nas escolas: “eu sempre falava logo de cara, olha ele é filho de pai e pai, vocês tem algum problema? Vocês estão preparados para receber meu filho? Para não chegar o dia dos pais e dia das mães, meu filho e nem eu ficar constrangidos por falta de preparação dessas escolas” (12 de abril de 2025, Salvador).

Com essa postura, o interlocutor Antônio demonstra, ao mesmo tempo, coragem e sensibilidade ao buscar proteger a criança de possíveis situações de constrangimento, especialmente em celebrações escolares como o Dia das Mães e o Dia dos Pais, que ainda costumam ser organizadas de maneira excludente. Sua fala evidencia não apenas uma preocupação individual, mas também uma crítica implícita à forma como muitas instituições escolares ainda reproduz modelos familiares tradicionais, deixando de reconhecer a pluralidade das configurações familiares existentes na sociedade. Essa limitação revela a fragilidade das escolas em promover um ambiente realmente inclusivo, o que vai de encontro aos princípios estabelecidos pela legislação brasileira que assegura o respeito à diversidade e a proteção integral da criança.

## 6 MEDIDAS PARA PROMOVER UM AMBIENTE INCLUSIVO

É preciso rever vários conceitos e também mudar muitas coisas para termos um ambiente mais inclusivo para os(as) filhos (as) de casais homoafetivos em Salvador. A começar pelos profissionais da educação, que ainda não estão preparados para lidar com a diversidade familiar. A partir das experiências relatadas pelos/as entrevistados/as, consideramos que seria de fundamental importância ter capacitações, nas escolas, sobre sexualidade, gênero e diversidade familiar, para que sejam adotadas medidas concretas que ultrapassem o discurso e se traduzam em práticas institucionais. Entre as possibilidades de práticas inclusivas, destaca-se a formação continuada de educadores(as), a inclusão da diversidade familiar nos currículos escolares e a criação de protocolos de acolhimento contra a discriminação. Além disso, o fortalecimento do vínculo entre escola e famílias homoafetivas, por meio da escuta ativa e da valorização da participação. Segundo Tannuri (2018), as famílias homoparentais frequentemente enfrentam situações de constrangimento e invisibilidade nas escolas, o que evidencia a necessidade de repensar práticas pedagógicas e promover formações continuadas que contemplem a diversidade familiar. Sobre esse assunto, o informante Antônio falou:

Hoje existe o dia da família que antes era o dia de alguma coisa que ficou dia da família, porque justamente por essa questão que por dia dos Pais ou dia das Mães, têm crianças que hoje que são criadas apenas pelos avós, por um pai, por uma mãe então acho que a política de inclusão deve-se basear nesses fatos e realidades que há muito tempo foi jogada sobre o tapete (12 de abril de 2025, Salvador).

Como disse Antônio nessa fala, a escola deve ser um espaço de acolhimento, onde cada criança se sinta representada. Celebrar o dia da Família é uma forma de dizer: “todas as formas de amar e cuidar são válidas”. Isso é educar para o respeito e a cidadania.

Existem relatos de crianças que se recusam a participar das atividades escolares no dia dos pais por morarem com avó, e de crianças que choraram no dia das mães por não terem essa figura presente; relatos semelhantes já foram apontados por profissionais da educação durante audiências públicas e estudos sobre práticas escolares excludentes (Câmara Municipal de Joinville, 2018; Maio 2024). São situações são reais e frequentes. E isso precisa ser repensado e mudado, porque isso não só fere as crianças hoje como também afeta o seu futuro.

Sobre medidas para promover um ambiente inclusivo, o entrevistado Geovanildo, negro, morador da orla de Salvador, da classe média, afirmou: “A escola deveria fazer mais reuniões conosco e os outros responsáveis e nos apresentar à sociedade de uma maneira convincente e mais clara” (Entrevistado Geovanildo, 2024).

Geovanildo fala da possibilidade da escola convidar a sociedade a enxergar que o ambiente escolar não é um espaço homogêneo e isolado, é diverso e parte de uma rede. Famílias e educadores precisam andar juntos. E essa parceria só acontece através de diálogo, amor e respeito em frente as diferenças de realidades.

A propósito da escola do filho, Manuela relata sobre um passo importante que a escola tem dando rumo a um ambiente mais inclusivo: “eu acho que as discussões, essas questões, eles colocam nos livrinhos infantis como temas de duas mães, de dois pais, uma mãe solo, isso é a inclusão, eu acho que isso ajudaria bastante se todas as escolas adotassem esse tipo de didática” (18 de maio de 2025, Salvador).

Na fala dessa mãe, ela reconhece e valoriza algo super fundamental que é a inclusão que se faz na prática, que é o uso de livros didáticos que retratam diferentes tipos de famílias. Esse reconhecimento se torna ainda mais relevante quando pensamos nas transformações contemporâneas no campo da família, que não se limita mais ao modelo nuclear tradicional. Hoje é possível observar uma pluralidade de arranjos familiares: famílias homoafetivas, coparentalidades, parentalidades de casais gays e lésbicas, parentalidades trans, entre outras configurações (referências das fontes para essas definições de famílias). Todas essas formas de viver a família têm em comum a centralidade do afeto, do cuidado e da responsabilidade parental, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero dos envolvidos. Dessa forma, quando o espaço escolar acolhe e legitima essas representações por meio de materiais didáticos, contribui não apenas para a formação cidadã e inclusiva das crianças, mas também para o reconhecimento social desses arranjos como legítimos e dignos de visibilidade. Essa é uma opção concreta, simples e extremamente poderosa. Segundo Arroyo (2013), a escola é um espaço que deve acolher as múltiplas identidades e realidades sociais dos alunos, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo e promovendo práticas pedagógicas que assegurem inclusão e respeito.

Os materiais didáticos, a literatura e as práticas escolares podem atuar como importantes instrumentos para problematizar preconceitos e promover o respeito à diversidade sexual e de gênero, possibilitando que crianças e jovens reconheçam a legitimidade de diferentes configurações familiares. Afinal, os livros — especialmente os infantis — não servem apenas para ensinar a ler; eles também ajudam as crianças a ver o mundo de outras formas e a compreender que existem múltiplas realidades além da sua, favorecendo o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças. Como afirma Junqueira (2009), a escola tem papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na construção de uma cultura de valorização da diversidade, o que torna essencial o uso consciente e crítico dos materiais pedagógicos nesse

processo. Servem só para ensinar a ler. Os livros infantis não servem apenas para ensinar a ler. Como afirma Coelho (2000, p. 27), “a literatura infantil é uma forma de arte que amplia a visão de mundo da criança e a ajuda a compreender a si mesma e ao outro, construindo valores humanos e sociais.” Nesse mesmo sentido, as histórias possibilitam que as crianças entrem em contato com diferentes realidades, aprendendo a respeitar e valorizar as diferenças. Assim, quando uma criança vê em um livro a representação de duas mães ou dois pais, ela entende que essas formas de família são possíveis, válidas e dignas de respeito, o que contribui para a formação de uma sociedade mais empática e inclusiva. “Uma pedagogia e um currículo apoiados na teoria queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e, conforme argumenta Louro, trabalhariam com a instabilidade e a precariedade das identidades”. (Louro, 2008, p. 48).

## **7 O QUE ESPERAM DA SOCIEDADE?**

Conforme podemos derivar de nossa pesquisa de campo, a principal coisa que os casais homoafetivos esperam da sociedade é respeito à sua configuração familiar, o que implica evitar julgamentos ou preconceitos. Eles desejam ser reconhecidos como legítimos cuidadores e responsáveis por seus filhos, tanto no âmbito legal quanto no social. Almejam uma sociedade que valorize a diversidade familiar e que promova ambientes inclusivos, especialmente nas escolas, onde seus filhos possam crescer com segurança, dignidade e igualdade de oportunidades. Como destacam Grossi, Uziel e Mello (2007, p. 98), “educar para a diversidade implica formar sujeitos capazes de conviver com o diferente e de compreender que a igualdade de direitos é condição fundamental para a cidadania.”

Sobretudo, os casais homoafetivos que entrevistei esperam que haja políticas públicas em prol de suas diversidades, como capacitação de profissionais da educação para lidar com temas de diversidade, acolhimento e combate à homofobia. Também é forte a expectativa de que instituições, como escolas e serviços de saúde, sejam espaços onde seus direitos sejam respeitados e garantidos, sem discriminação.

Na entrevista de Antônio, ele fala sobre o que se espera da sociedade: “abrir mais didaticamente essa questão de que família não é apenas pai, mãe, a família pode ser um avô, uma avó, pode ser dois pais, duas mães, para a criança se sentir, como deve ser, incluída socialmente” (12 de abril de 2025, Salvador).

Nessa fala, percebe-se a necessidade de construção de uma sociedade mais inclusiva.

Há legitimidade nas reivindicações de Antonio, pois o que define uma família não é o formato, mas o amor, o compromisso e o apoio mútuo entre seus membros. Nessa fala, percebe-se a necessidade de construção de uma sociedade mais inclusiva. Há legitimidade nas reivindicações de Antonio, pois o que define uma família não é o formato, mas o amor, o compromisso e o apoio mútuo entre seus membros. Afinal, como afirma Dias (2017, p. 52), “a família não se constitui pelo casamento, mas pelo vínculo afetivo que une as pessoas”. É importante que uma criança que vive nessas diferentes estruturas familiares se sinta incluída e respeitada socialmente; é essencial que a sociedade, e especialmente a escola, saiba reconhecer e valorizar essa diversidade. Quando uma criança vê sua família representada e valorizada nos livros, nas falas dos professores ou nas atividades escolares, ela se sente acolhida e fortalecida em sua identidade.

Já o pai e informante Sandro, pardo, de classe média, administrativo, morador da orla de Salvador, em sua entrevista, disse: “a gente merecia é receber mais apoio com relação dos governantes e conscientizar mais as pessoas sobre a gente; nessa sociedade desigualitária, com relação a nós, deveria ter mais comunicação e incentivo para uma aceitação melhor” (26 de abril de 2025, Salvador).

É importante notar que Sandro fala da desigualdade social a partir dos governantes do Brasil. Infelizmente, vivemos numa sociedade marcada por desigualdades estruturais, que os casais homoafetivos frequentemente enfrentam, por orientação sexual, por estrutura familiar e, muitas vezes, por fatores como classe social ou raça. Por isso, é fundamental a presença do Estado seja por meio de políticas públicas, proteção legal, incentivos à educação inclusiva ou campanhas de conscientização social.

Sobre esse assunto também teve o desabafo da entrevistada Vanda, negra, da classe média, moradora da cidade baixa de Salvador. Ela reivindicou “que o Estado faça o papel dele de forma laica e mais eficiente possível, né? É o que a gente espera”. (Entrevistada Vanda, 16 de abril de 2025).

Como se nota, todo (as) interlocutores(as) têm o mesmo desejo sobre o direito e dever do Estado sobre o reconhecimento de pais homoafetivos como cidadãos, o que se espera é que o Estado atue de forma neutra e eficaz, protegendo os direitos de todos os seus cidadãos, sem favorecer visões religiosas ou morais que excluam determinadas populações. A laicidade do Estado é, portanto, uma condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (tem alguma fonte para essa consideração?). Assim diz Michael Foucault que analisa como os dispositivos de poder disciplinar e biopolítico moldam corpos e subjetividades, produzindo normas de sexualidade que historicamente privilegiaram a heterossexualidade

como matriz legítima da família. Nos termos de Foucault (1976), consideramos a homofobia, nessa perspectiva, não é apenas como uma atitude individual, mas como um efeito de um regime de verdade, que associa moralidade, religião e práticas de governo na regulação das sexualidades.

A intenção de todos é que o Estado faça o seu papel de forma plena, garantindo o acesso igualitário a direitos e promovendo ações que assegurem o respeito à diversidade familiar. Isso implica não apenas reconhecer legalmente essas famílias, mas também combater práticas discriminatórias dentro das instituições públicas, especialmente nas escolas, onde muitos filhos de casais homoafetivos enfrentam situações de exclusão e sem preconceitos. Como observa Foucault, a partir do século XVIII surge “uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo, classificá-lo e racionalizá-lo” (Foucault, 1988, p. 26).

A análise de Foucault mostra que falar mais sobre sexo não significa que a sociedade se tornou mais livre. Na verdade, essa proliferação de discursos cria novas formas de controle, agora mais sutis. Ao transformar a sexualidade em objeto de estudo e classificação, instituições como a escola, a medicina e o Estado passam a definir o que é considerado normal ou aceitável. Assim, mesmo com mais visibilidade e debates sobre sexualidade na atualidade, isso não elimina os mecanismos de vigilância e enquadramento que continuam afetando as pessoas e as famílias que fogem dos modelos tradicionais.

## **8 EXPERIÊNCIA DE SER PAIS E MÃES HOMOAFETIVOS EM SALVADOR**

Em Salvador, esses pais ainda não são bem representados em espaços públicos e nem na mídia. Isso faz com que eles tenham o sentimento de isolamento, devido à dificuldade de acesso a referências de famílias homoafetivas. Na cidade, existe algumas instituições como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Adé Dudu, que lutam tanto pelos direitos LGBTQIAPN+ quanto representam vozes históricas da comunidade negra e LGBTQIAPN+. A participação comunitária ajuda a reforçar o sentido de pertencimento e a construir narrativas positivas frente à discriminação. Sendo que o pior problema enfrentado por esses pais é o conservadorismo moral e religioso que, muitas vezes, direciona também os rumos políticos do país. Segundo Foucault (1999), práticas de poder não se manifestam apenas por coerção direta, mas também por meio de discursos normativos que definem o que é considerado “moralmente aceitável” ou “normal”. Embora não exista uma proibição formal contra casais homoafetivos, muitos discursos presentes na cidade tanto nas instituições quanto no cotidiano que produzem uma

norma implícita de que a “família normal” é composta por um pai e uma mãe. Esse tipo de discurso funciona como o que Foucault chama de prática de poder: ele não obriga pela força, mas organiza silenciosamente aquilo que é considerado legítimo ou esperado. Nesse sentido, a moralidade religiosa tem historicamente influenciado a construção de leis e políticas no Brasil, criando barreiras para o reconhecimento pleno das famílias homoafetivas.

Trago um relato da informante Manuela, enquanto mãe, sobre um ponto que ela acha importante sobre a educação de filhos de casais homoafetivos:

Quando eu fui colocar meu filho na escola, nessa atual, e eu perguntei se tinha isso [dia do pai, dia da mãe – grifo nosso], a resposta da escola foi ótima: a gente não comemora nenhum feriado, porque todo feriado é religioso e comercial e assim a gente não quer comprometer o comércio e a gente não é uma escola religiosa (18 de maio de 2025, Salvador).

Esse relato dessa mãe mostra o quanto essa escola tem uma vivência diferenciada, mostrando que o respeito à diversidade familiar não é sobre aceitar casais homoafetivos e sim sobre repensar todas as estruturas da escola em si. Constroi-se, com isso, uma escola de fato democrática e um espaço acolhedor. As escolas são espaços de construção de valores, convivência e cidadania. Quando os espaços escolares reforçam práticas que só contemplam um modelo de família tradicional, acabam por excluir outras realidades, como famílias com dois pais, duas mães, avós responsáveis, famílias monoparentais ou adotivas. como também produz e reforça a ideia de que a família entre pais e mães é o padrão legítimo.

Já na entrevista da Jogiê, uma mulher trans, ela traz um relato que apreze um grito de desabafo:

Eu acho que tem uma dor muito grande que não tem como eu não puxar a brasa para mim, que é o fato de eu ser transexual. Então, o mundo não está preparado para Trans. Porque por mais que ela pareça uma mulher, a sociedade nunca vai vê-la e aceitá-la como uma mulher (26 de junho de 2025, Salvador).

Além de intenso e necessário, esse debate sobre educação de filhos/as de casais homoafetivos revela as desigualdades entre a mesma população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, trazemos a fala de Jogiê que aponta para uma dor que não pode ser ignorada e nem calada, a de viver como uma pessoa trans em uma sociedade que ainda rejeita sua existência, identidade e humanidade. Ela não é única com essa vivência de exclusão e violência. Existem tantas outras pessoas trans que são atravessadas por um não reconhecimento constante de suas identidades. A escola precisa ser um lugar onde seus filhos e elas também possamos existir sem medo. Isto é falar sobre uma sociedade que precisa urgentemente se humanizar. Butler (2003)

complementa ao argumentar que o gênero não é apenas uma característica individual, mas uma relação social marcada por dominação e poder: expectativas normativas sobre masculinidade e feminilidade moldam o que é considerado aceitável, gerando violência simbólica e material contra pessoas trans e contra famílias homoafetivas. Nesse contexto, a escola deve ser concebida como um espaço de resistência e humanização, onde crianças e adultos possam existir livremente, sem medo, rompendo com padrões normativos que sustentam a opressão. Assim, combater a transfobia e a homofobia é parte de um projeto maior de transformação social, que questiona a estrutura de poder baseada na heteronormatividade e promove o reconhecimento da diversidade humana.

## **9 O QUE ESPERAM DO FUTURO DA EDUCAÇÃO DE SALVADOR**

Todos os pais e mães especificamente homoafetivos de Salvador não esperam privilégios, eles(as) querem respeito, visibilidade e uma escuta aberta. Querem que a escola seja uma parceira no projeto de formar pessoas mais livres, empáticas e conscientes. É o tipo da educação que todos sonham para o futuro de todas as crianças, que os (as) filhos (as) de casais homoafetivos, ou não, possam crescer aprendendo que o amor tem muitas formas, e que nenhuma delas é menor que a outra.

Manuela, em sua entrevista, falou o que deseja e espera do futuro da educação de Salvador:

Eu acho que as escolas em geral não estão preparadas para filhos(as) de casais homoafetivos. Eu espero que a discussão sobre esse tema seja mais frequente, pois melhoraria bastante o nosso convívio com a sociedade e viveríamos com a paz e harmonia (18 de maio de 2025, Salvador)

A fala da informante Manuela evidencia uma verdade sentida diariamente: a maioria das escolas ainda não estão preparadas para acolher filhos(as) de casais homoafetivos. Ela não se refere só à estrutura, mas também à mentalidade. Se as escolas promoverem debates mais frequentes sobre diversidade familiar, identidade de gênero e respeito, elas estarão plantando a base de uma sociedade mais empática e justa. E é esse o futuro que todos os pais sonham e desejam para os(as) filhos(as): um lugar onde não precisem se explicar por terem dois pais ou duas mães, mas onde possam apenas ser crianças, amadas e respeitadas como todas as outras.

Já a informante Vanda também espera algo mais simples sobre o futuro, algo que não

custa muito, mais é super crucial: “eu quero que tenha mais amor, que sejamos mais livres, né?! porque uma vez que nossos filhos vivenciam o contato com a liberdade e sem preconceito e receio, a tendência é que eles serão mais livres e felizes” (16 de maio de 2025, Salvador).

Nessa fala, Vanda propõe que não só a escola como a sociedade faça uma mudança de eixo, que saia de uma educação baseada em regras fixas com medos e exclusões para uma outra educação oposta com base no afeto, no respeito e na liberdade de ser. Ela não está romantizando, ela se referi ao amor como política, como forma de reconhecimento ao outro, acolhendo as diferenças e construindo espaços mais justos. A infância é o momento onde se constroem as referências para o mundo. Se as crianças crescem em ambientes livres de preconceitos teremos um mundo melhor e um futuro promissor. Esse é o sonho não só dos casais homoafetivos que entrevistei, mas de todos(as) aqueles(as) que sonham com um mundo igual, prospero e harmonioso. Para complementar nada melhor que a fala de bell hooks que diz:

Amar é uma tarefa que exige esforço, consciência e dedicação. Não é apenas uma sentimento, mas uma combinação de cuidado, compromisso, conhecimento, responsabilidade, respeito confiança. O amor é uma combinação de cuidado, compromisso, confiança, conhecimento e responsabilidade (hooks, 2000, p. 13).

Além das tensões relacionadas à orientação sexual e à configuração familiar, observa-se que casais homoafetivos pertencentes às classes populares relatam enfrentar discriminações mais explícitas e cotidianas. Essa dimensão revela como as desigualdades de classe intensificam a vulnerabilidade social e simbólica dessas famílias. Na perspectiva dos casais homoafetivos entrevistados em Salvador, as dificuldades enfrentadas na educação de seus filhos não se limitam às práticas escolares que reforçam modelos familiares heteronormativos; elas se intensificam quando atravessadas pelas desigualdades de classe. A pesquisa de campo evidenciou que instituições públicas que, muitas vezes, reproduzem discursos normativos sobre o que seria uma “família legítima”. Nessas escolas, eventos como o Dia dos Pais ou formulários que pressupõem a existência de um “pai” e de uma “mãe” funcionam como dispositivos discursivos especialmente quando precisam lidar com instituições que ainda reproduzem preconceitos de gênero, sexualidade e status socioeconômico. Nos termos de Foucault, “o poder disciplinar faz funcionar, em vez das leis da interdição, as normas de regularização; ele é um poder que normaliza” (Foucault, 1999, p. 104); ou seja, este poder atua de maneira mais complexa do que a simples interdição e dá lugar a um conjunto de normas e comportamentos reguladores, como as que se expressam na celebração do Dia dos Pais, relatada pelas informantes.

Outros fatores para além da sexualidade devem porém ser considerados.

## 10 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida nesse estudo evidencia que, apesar dos avanços jurídicos no reconhecimento das uniões e adoções homoafetivas, casais do mesmo sexo em Salvador ainda enfrentam barreiras significativas no campo educacional, marcadas pelo preconceito, pela falta de preparo das escolas e pela persistência de práticas heteronormativas. Casais das classes populares relataram discriminações mais explícitas, agravadas pelos atravessamentos do conservadorismo religioso. Ainda assim, emergem sinais de mudança, com famílias desenvolvendo estratégias de enfrentamento e algumas escolas adotando práticas mais inclusivas, como o “Dia da Família” e materiais que representam a diversidade familiar. Conclui-se que o principal desafio reside na efetivação concreta dos direitos dessas famílias no cotidiano escolar, sendo fundamental investir em políticas públicas, formação docente e ações que promovam uma cultura de respeito e inclusão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. União homoafetiva: reconhecimento jurídico e constitucionalidade. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 19, n. 76, p. 11-32, out./dez. 2011.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Carla Rodrigues et al. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Audiência pública debate o projeto de lei do Dia das Mães**. Joinville, 2018. Disponível em: <https://www.cvj.sc.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2025.

CASTRO, Rosangela de Barros. Homoparentalidade: novas configurações familiares. In:

GROSSI, Miriam; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz (org.). *Parentalidades e conjugalidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 89-101.

CAVALCANTE, Aline. **Famílias homoafetivas e escola: um olhar sobre os desafios da inclusão**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2., 2015, Natal. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual. Brasília, DF, 1999.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: o preconceito & a justiça**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: novas configurações familiares no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 301-313, 2013.

HOOKS, bell. **All About Love: New Visions**. New York: William Morrow, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC/SECAD; UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: resistência e possibilidades de transformação**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

LINO, Vitor Ferreira; NOGUEIRA, Maria Alice. **Famílias homoparentais e suas relações com a escola: compondo um percurso metodológico de investigação**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFMG, 10., 2021, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/encontrodepesquisa/wp-content/uploads/2021/10/familias-homoparentais-e-suas-relacoes-com-a-escola-compondo-um-percurso-metodologico-de-investigacao-vitor-ferreira-lino.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidades e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MENEZES, R. F. **Diversidade familiar e inclusão escolar: desafios na educação básica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.  
OLIVEIRA, Gualber Pereira Silva de. **A inclusão de filhos(as) de casais homoparentais em escolas**

**da zona sul de Natal (RN)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2016/arquivos/4501gualber\\_pereira\\_silva\\_de\\_oliveira.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2016/arquivos/4501gualber_pereira_silva_de_oliveira.pdf). Acesso em: 3 out. 2025.

PERRIN, Ellen C.; SIEGEL, Benjamin S. Promoting the well-being of children whose parents are gay or lesbian. *Pediatrics*, v. 131, n. 4, p. 827-830, 2013.

PINTO, Bruna Ferreira; SANTOS, José Luiz. **Diversidade familiar e serviço social: desafios contemporâneos**. *Serviço Social em Debate*, v. 1, n. 2, p. 102-118, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/5704/3896>. Acesso em: 3 out. 2025.

RIOS, Luís Felipe. **Homossexualidade: cultura, política e identidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

RIOS, Roger Raupp. **Famílias homoparentais e o direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, Daniele Andrade da. **Esta é uma casa de família! A homoparentalidade sob o olhar de duas diferentes gerações**. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2011, Salvador. Anais [...]. Salvador: UNEB, 2011. Disponível em: <https://nugsexdiadorim.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/12/esta-c3a9-uma-casa-de-famc3adlia-a-homoparentalidade-sob-o-olhar-de-duas-diferentes-gerac3a7c3b5es.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

SILVA, Gualber Pereira de Oliveira. **Famílias homoafetivas e a escola: representações sociais de docentes do ensino fundamental I**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16490/1/TCC%2006-08-2014%20%281%29.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

TANNURI, João Guilherme de Carvalho Gattás. **O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: tensões entre aceitação e discriminação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/f21495aa-66fe-456b-8dc9-cc13973402b3/download>. Acesso em: 3 out. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015.